



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ESTUDOS TÉCNICOS Nº 1069

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DIRETRIZES GERAIS

Os presentes Estudos Técnicos Preliminares (ETP) visam identificar soluções aplicáveis, por meio de documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos e ambientais, necessários e suficientes para permitir a adequada elaboração do respectivo Termo de Referência para atender a necessidade de deslocamento e transporte de bens, dentro dos limites territoriais do Estado do Maranhão, à luz das diretrizes postas pela Lei de Licitações Públicas - Lei. n.º 14.133/2021, bem como das disposições contidas na Portaria n.º 205/2023 TRE-MA.

NORMATIVOS ACERCA DA CONTRATAÇÃO:

Lei de Licitações Públicas n.º 14.133/2021
IN nº 05/2017 de 26/05/2017
Lei Complementar 123/2006
Portaria n.º 205/2023 TRE-MA

2 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Nos últimos anos, constatou-se um aumento significativo das demandas diárias por transporte em razão do implemento de novas ações administrativas, a exemplo dos eventos institucionais como o recadastramento biométrico e instalação de postos de atendimento no interior do Estado. Ademais, no presente exercício, há um incremento ainda maior dessa demanda, em decorrência do Pleito Eleitoral 2026, o qual exige a preparação de uma logística para o transporte de urnas e outros materiais. Para suprir essa necessidade de transporte de cargas, usualmente, são utilizados caminhões.

Em que pese a existência de frota própria no TRE/MA (três caminhões 3/4 (modelo FORD CARGO 816S) e dois caminhões toco (modelo M. BENZ 1718), esta já se mostra bem antiga (alguns com mais de 10 anos de uso), desgastada (com alto custo de manutenção e desvalorização) e em quantitativo insuficiente de veículos e motoristas, motivo que nos leva à instrução deste procedimento.

Ocorre ainda que, o modelo de gestão da frota própria demonstra-se **insuficiente e antieconômico** ao atendimento das necessidades ora relatadas, especialmente devido ao atendimento simultâneo de diversas demandas.

Assim, para evitar a precariedade dos transportes deste Regional e garantir a eficiência do serviço público diante do aumento da demanda, torna-se indispensável a nova contratação.

Somado a isso, o **Plano Integrado das Eleições 2026-PIE26**, e o **Plano Integrado de gestão de Riscos de Eleição-PIGRE26**, trouxeram novas orientações no sentido de melhoria do transporte de urnas para as próximas eleições de 2026 (**SEI nº 0009083-66.2025.6.27.8000**)

3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se em total alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Especificamente:

- **Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE-MA:** A contratação está diretamente vinculada ao Objetivo Estratégico de "Implementar Política de Gestão de Pessoas", constante na Perspectiva de Gestão e Inovação do Mapa Estratégico 2021-2026 do TRE-MA. A otimização e modernização do serviço de transporte são componentes essenciais para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, a eficiência do desempenho funcional dos servidores e o suporte logístico indispensável às equipes que atuam em todo o estado.
- **Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício vigente:** A demanda por este serviço foi devidamente registrada e aprovada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2026, evidenciando a sua prioridade e o planejamento antecipado da Administração para esta despesa.
- **Plano Integrado das Eleições 2026-PIE26 e Plano Integrado de Gestão de Riscos de Eleições - PIGRE26**

O alinhamento com esses instrumentos demonstra a consonância da presente iniciativa com as prioridades e metas estabelecidas pelo Tribunal para o alcance de sua missão institucional e o cumprimento de seu dever para com a sociedade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos Gerais

4.1.2 A Contratada deverá executar, conforme especificação e quantitativo indicados nos presentes Estudos Técnicos Preliminares, os serviços que compõem o objeto da pretensa contratação. O serviço se enquadra como serviço comum, caracterizados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado e de forma complementar, nos termos do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023. O processo licitatório, deverá ser realizado por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP, regulado pelo Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

4.2 Dos requisitos de Sustentabilidade Socioambientais

Em atenção à Portaria nº 1.306/2023 do TRE-MA, e de forma prática e alinhada à Resolução CNJ nº 400/2021, sem tornar o processo excessivamente oneroso ou complexo, são requisitos de sustentabilidade, a serem incluídos no Termo de Referência/Contrato:

- a) Exigência de que todos os veículos locados estejam em situação regular perante os órgãos de trânsito e ambientais (DETRAN e CONAMA), especialmente no que tange à Inspeção de Emissão de Gases Poluentes.
- b) Inclusão de cláusula contratual que obrigue a Contratada a fornecer veículos com manutenção preventiva e corretiva rigorosa, garantindo a máxima eficiência de consumo de combustível e a redução da emissão de poluentes.
- c) Exigência de que a Contratada realize o descarte adequado de resíduos gerados pela manutenção dos veículos (óleos, filtros, pneus), em conformidade com as normas ambientais vigentes.
- d) Exigência de apresentação de Comprovação de Regularidade Trabalhista e Previdenciária (CNDs) da Contratada.
- e) Inclusão de requisitos de segurança que obriguem a Contratada a fornecer veículos com todos os itens de segurança e dispositivos de rastreamento em pleno funcionamento.

4.3 Subcontratação

Em razão da natureza do objeto contratual, que consiste na **locação de caminhões abastecidos com motoristas devidamente habilitados**, e visando garantir a integral e direta responsabilidade da Contratada pela qualidade, manutenção, prontidão e disponibilidade dos bens locados, fica **expressamente vedada a subcontratação** total ou parcial do objeto da presente contratação.

4.4 Garantias contratuais

Após análise dos riscos e da natureza do objeto, bem como levando-se em consideração a execução contratual, cujo pagamento é condicionado à efetiva disponibilização e uso do bem, **fica dispensada a exigência de garantia contratual** para esta contratação.

4.5 Vigência do contrato

Tendo em vista a natureza do objeto que é de transporte de urna durante o período eleitoral, mas também será destinado ao atendimento de outras demandas que surgirem fora desse contexto a vigência da ata de registro de preços será inicialmente de 1 (um) ano podendo ser prorrogado, por igual período, com possibilidade de renovação dos quantitativos, caso os preços permaneçam vantajosos. Os contratos decorrentes da ata terão vigência de 1 (um) ano.

4.6 Tipo de serviço a contratar

Contratação de serviços de transportes por caminhão, incluindo **veículos com sistema de rastreamento, abastecidos e motoristas** devidamente habilitados, para transporte de urnas, materiais e documentos, atendendo às necessidades decorrentes do pleito eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno.

4.6.1 Especificação dos veículos:

a) **Caminhão toco 4x2, baú furgão**, com vistas a proporcionar um melhor desempenho nos deslocamentos, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito (tais como freios ABS, Airbag, extintores, protetores de rodas traseiras, dentre outros), em perfeito estado de conservação com no **máximo 10 (dez) anos de uso**, e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado e sistema de rastreamento;

b) **Caminhão ¾, 4x2, baú furgão**, com vistas a proporcionar um melhor desempenho nos deslocamentos, com todos os equipamentos de segurança (tais como freios ABS, Airbag, extintores, protetores de rodas traseiras, dentre outros), exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação com no **máximo 10 (dez) anos de uso**, e apresentação e manutenção rigorosamente em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo, combustível, motorista, direção hidráulica, ar condicionado e sistema de rastreamento;

4.6.2 Da manutenção dos veículos locados

A contratada deverá substituir o veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução

dos serviços de revisão e manutenção preventiva e corretiva (compreendendo a troca de óleo e filtros, a substituição das peças de desgaste natural, o conserto ou a troca de componentes ou equipamentos danificados) comprometer a execução do serviço de transporte.

Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos será de inteira responsabilidade da contratada, a qual compete arcar com o custo da franquia do seguro, exceto para os danos causados de forma direta ou indireta pela própria administração pública.

A responsabilidade pela remoção do veículo com problemas de locomoção será inteiramente da contratada.

4.6.3 Exigências necessárias para o condutor do veículo

Em razão da relevância estratégica da contratação, falhas, atrasos ou intercorrências de segurança durante a execução desse serviço podem comprometer o cronograma eleitoral e a própria integridade do pleito. Diante desse cenário de alto rigor, os requisitos de qualificação da equipe terceirizada devem ser proporcionais à complexidade e ao risco do objeto contratado, justificando-se as exigências a seguir delineadas com base nos princípios da eficiência, segurança e razoabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Dessa forma, os requisitos para a seleção dos motoristas visam resguardar a boa prestação de serviço e proporcionar segurança aos servidores e materiais a serem transportados.

Abaixo enumera-se os requisitos necessários:

O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, **com experiência mínima de 2 (dois) anos**.

Caso o motorista não conheça a rota das cidades, caberá à empresa custear guias locais. Isso ocorre comumente nas cidades de Humberto de Campos, Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas.

Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos:

1. Carteira Nacional de Habilitação tipo D válida
2. Comprovante de residência
3. Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual (Polícia Civil) e Federal (Polícia Federal).

A verificação desses documentos será feita após a homologação/adjudicação (no momento da alocação dos profissionais pela empresa vencedora), e não como condição para a empresa participar da licitação, evitando assim questionamentos sobre restrição prévia à competitividade.

4.6.4 Observação quanto ao seguro dos veículos

Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos, desde que a administração não tenha concorrido para a ocorrência do dano, será de inteira responsabilidade da contratada, a quem compete arcar com o custo da franquia do seguro.

A intenção com tal requisito é deixar claro ao licitante que acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado, devendo inclusive arcar com danos a terceiros, e para isso tal cláusula foi inserida.

Os veículos deverão estar segurados, pelo valor de mercado, contra os seguintes eventos:

- a) COLISÃO: perda total e/ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;
- b) SUBMERSÃO: dano por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros
- c) INCÊNDIO: perda total e/ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros;
- d) ROUBO: roubo ou furto do veículo e, inclusive, a sua tentativa;
- e) DANOS MATERIAIS E CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 reais por pessoa afetada.
- f) ACIDENTES PESSOAIS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 reais por passageiro.

4.7 Requisitos relativos à capacidade técnica e econômico-financeira da licitante (arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021)

Em virtude de tratar-se de atividade sensível e estratégica para a realização das Eleições, serão exigidos da licitante atestados de capacidade técnica, os quais serão especificados no termo de referência, com o intuito de garantir a qualidade e a eficiência do serviço prestado, pois é uma forma de comprovar que a empresa possui a expertise necessária para realizar os serviços contratados.

A exigência do atestado de capacidade técnica pode ser uma forma de garantir que a contratada tenha um histórico comprovado de fornecer serviços de qualidade. Esse documento pode atestar a capacidade em cumprir requisitos técnicos, prazos, normas de segurança e atender às expectativas dos clientes.

Dada a natureza do objeto (serviços de transporte para operacionalização das Eleições 2026) e o alto custo estimado da contratação, justifica-se, ainda, a comprovação da **capacidade financeira** do fornecedor. Ressalte-se que a falha de uma empresa sem lastro financeiro durante o período de execução contratual causaria um dano irreparável à preparação das Eleições, justificando o rigor nestes quesitos de habilitação.

Dentre as soluções disponíveis para a atender a necessidade apontada no presente estudo, identificou-se:

a. Locação de veículos com motorista (terceirização integral)

Esta é a solução na qual a empresa contratada fornece o veículo, a manutenção, o combustível (opcional) e o condutor profissional. Nesse modelo, a responsabilidade por substituição imediata em caso de faltas, quebras de veículos ou acidentes é repassada à contratada, não paralisando a logística eleitoral. Além disso, a Justiça Eleitoral não precisa gastar energia gerindo escalas de motoristas, controle de jornada ou manutenção veicular.

Locação de veículos sem motorista (uso de servidores próprios)

Neste modelo, o órgão licita apenas o aluguel da frota e utiliza motoristas do próprio quadro de servidores (ou servidores requisitados de outros órgãos). Como o transporte é feito por agentes públicos efetivos, o risco relacionado à idoneidade e ao manuseio de material sensível (urnas) é drasticamente reduzido. No entanto, não existe cargo de motorista oficial no quadro de pessoal, e esse serviço é feito por empresa terceirizada, mas o quantitativo desses prestadores de serviço é bem pequeno diante da demanda no período eleitoral. O órgão terá um alto custo com pagamento de horas extras ou diárias para esses servidores, além de novas contratações.

Ampliação e uso exclusivo da frota própria (aquisição)

O órgão adquire veículos novos e utiliza exclusivamente seu patrimônio e sua força de trabalho para a logística. Essa solução não se mostra viável, pois o quantitativo de veículos necessário para uma eleição é muito superior à necessidade diária do TRE/MA nos anos não eleitorais, gerando patrimônio parado e depreciando. Além disso, exige estrutura de garagem, contratos paralelos de seguro, lavagem, oficina mecânica, etc.

Soluções similares adotadas por outros órgãos

- PREFEITURA DE URUÇUI: Pregão Eletrônico nº 90027/2025
- PREFEITURA DE CAPIM BRANCO: Pregão Eletrônico nº 0037/2025
- PREFEITURA DE PALMEIRA DO PI: Pregão Eletrônico nº 003/2025
- PREFEITURA DE SANTA LUZ/BA: Pregão Eletrônico nº 005/2025
- PREFEITURA DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: PE Nº 021/2024
- PREFEITURA DE ITUPIRANGA/PA: PE Nº 90010/2025
- PREFEITURA DE RIO SONO: PE Nº 002/2025-SRP
- PREFEITURA DE SENADOR CANEDO: PE Nº 085/2024-SRP
- SECRETARIA DE ADM DE GOIÁS: PE Nº 016/2024

Após a análise comparativa das alternativas disponíveis e das contratações realizadas por outros órgãos, optou-se pela **Contratação de Serviços de Locação de Veículos com Motorista**, por ser a solução que melhor equilibra o binômio **Eficiência vs. Segurança Operacional**.

A metodologia a ser aplicada, visou detalhar a demanda com base nas atividades preponderantes. Após esse detalhamento das atividades, quantificamos o objeto por meio de diárias a serem utilizadas.

Postos os critérios qualitativos e quantitativos definimos a métrica para custear os serviços.

Nesse caso, a métrica escolhida foi a diária de locação somada ao quilômetro rodado, na qual estão embutidos os custos do veículo locado, motorista contratado, combustível, etc.

A intenção com tal modelagem é dar aos licitantes meios para objetivamente calcular o seu preço e ao mesmo tempo deixar os usuários cientes dos limites que a contratação impõe.

Por se tratar de uma contratação nova, e por este Tribunal ainda não ter experiência com esse tipo de serviço, houve grande dificuldade de parametrização dos preços de mercado em razão das especificações solicitadas.

O levantamento de mercado se deu por meio de pesquisa de preços de empresas do ramo via email, e por pesquisa de preços de pregões públicos do último ano.

6. DEFINIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A metodologia utilizada para mensurar os custos da licitação está baseada nas variáveis **quilometragem rodada** e a **diária de disponibilização do veículo**. Ambas conjugadas resultarão no valor a pagar à contratada. Essa foi a maneira encontrada para adequar os custos com a quilometragem rodada, uma vez que as distâncias percorridas para essa contratação são maiores e só o valor da diária não seria compensatória para o licitante o que poderia levar a uma licitação deserta.

A ideia aqui é que ambas as variáveis remunerem os serviços do transporte a contratar.

A diária de disponibilização do veículo, tendo característica de um **custo fixo** na contratação, irá remunerar a empresa mesmo nos casos em que o quilômetro utilizado naquele dia não seja suficiente para suprir os custos operacionais do contratado.

O quilômetro rodado, por outro lado, remunera os custos variáveis do contratado, tal como combustível, manutenção do veículo e etc. Assim, quanto mais quilômetros for consumido mais insumos o contratado terá que arcar.

Quanto à quilometragem rodada deverá ser obedecido o seguinte:

- a) Planejamento prévio, com quilometragem e destinos definidos, conforme Relatório de Viagem.
- b) O motorista do veículo deverá realizar o percurso pré-determinado no Relatório de Viagem, salvo situações imprevisíveis, as quais deverão ser registradas, devendo o servidor usuário dos serviços, neste caso, registrar novo trajeto percorrido devidamente justificado, para análise pela Fiscalização do contrato.

- c) As quilometragens previstas dos trajetos percorridos serão levantadas por meio de aplicativo Google Maps de medição de quilometragem e/ou histórico das eleições.
- d) Haverá a aferição da quilometragem por anotação do hodômetro do veículo diariamente, a cargo da contratada, quando se inicia e termina a prestação do serviço, registrado no Relatório de Viagem e cientificado pelo passageiro e motorista.
- e) Será objeto de pagamento apenas a quilometragem efetivamente utilizada, mesmo que inferior à prevista, e a quantidade de dias de disponibilização dos veículos e motoristas, a qual será conferida e atestada pela fiscalização e servidor usuário dos serviços.
- f) As viagens cuja execução, por qualquer razão, terminem com quilometragem comprovadamente divergente do que a previamente planejada em proporção superior a 10%, terão a quilometragem ajustada pela fiscalização do contrato.
- g) As viagens terão como referência para efeito de medição inicial e final de quilometragem prevista a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, localizada na Avenida Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís-MA. O ponto inicial poderá ser alterado para algum município da rota.

O TRE-MA possui uma frota composta por **três caminhões 3/4** (modelo FORD CARGO 816S) e **dois caminhões toco** (modelo M. BENZ 1718). Portanto, o escopo desta contratação visa dar suporte a essa frota, adotando o mesmo quantitativo de veículos como base para os itens contratados.

Já a estimativa da quantidade de quilômetros e das diárias que serão utilizados será baseada nas rotas de distribuição de urnas da última eleição, conforme planilha em anexo.

Totalizando:

- **32.520 km, e 122 diárias para caminhões toco;**
- **25.770 km, e 114 diárias para caminhões ¾.**

Lembrando que esse quantitativo tem como base todas as rotas de distribuição e recolhimento das urnas, porém para esta **contratação levar-se-á em consideração uma porcentagem desse total, pois o objetivo visa dar suporte à frota atual, que pode se estender além das demandas eleitorais.**

Dessa forma o presente planejamento terá como quantitativos a serem contratados:

TIPOS DE VEÍCULOS	QUANTIDADE MÁXIMA DE VEÍCULOS POR SOLICITAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE DIÁRIAS	QUANTIDADE ESTIMADA DE KM RODADO
MINHÃO TOCO	2	122	32.520 km
MINHÃO 3/4	3	114	25.770 km

A diária fixa será estabelecida com base em uma rodagem limite de até 200 km por dia. Na hipótese da quilometragem percorrida ultrapassar esse limite, o valor a ser pago à contratada será acrescido proporcionalmente aos quilômetros excedidos de acordo com os valores previamente definidos para cada tipo de caminhão. Ou seja, o km rodado será pago somente a quilometragem ultrapasse os 200 km diários.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS E MENSURAÇÃO DE CUSTOS

7.1 A definição do custo estimado para esta contratação representa o ponto mais desafiador do planejamento, dadas as características do objeto

A pesquisa de mercado foi realizada durante os meses de novembro/2025 a janeiro/2026, coletando preços em várias fontes de pesquisa, visando atender ao conceito de cesta de preços determinada pela IN SEGES n.º 65/2021, adotada por este Tribunal por força da Portaria n.º 205/2023.

a. Preços coletados em contratações públicas:

- PREFEITURA DE URUÇUI: Pregão Eletrônico nº 90027/2025
- PREFEITURA DE CAPIM BRANCO: Pregão Eletrônico nº 0037/2025
- PREFEITURA DE PALMEIRA DO PI: Pregão Eletrônico nº 003/2025
- PREFEITURA DE SANTA LUZ/BA: Pregão Eletrônico nº 005/2025
- PREFEITURA DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES: PE Nº 021/2024
- PREFEITURA DE ITUPIRANGA/PA: PE Nº 90010/2025
- PREFEITURA DE RIO SONO: PE Nº 002/2025-SRP
- PREFEITURA DE SENADOR CANEDO: PE Nº 085/2024-SRP
- SECRETARIA DE ADM DE GOIÁS: PE Nº 016/2024

b. Preços coletados com fornecedores locais:

Considerando a dificuldade na parametrização das pesquisas referentes às contratações públicas, pelas características peculiares do objeto da contratação, houve um resultado pouco expressivo para efeito de comparação, em razão do que, para alguns itens, não foi possível priorizar a utilização de preços públicos na composição do custo estimado, apesar do esforço na busca por dados válidos e pertinentes ao objeto que se pretende contratar.

Em razão disso, algumas cotações de pregões que foram contratados por valores mensais foram convertidas para valores de diárias, tendo como memória de cálculo a divisão do valor mensal por 30 (trinta) dias. Foi o caso dos pregões: PREFEITURA DE URUÇUI: Pregão Eletrônico nº 90027/2025, PREFEITURA DE CAPIM BRANCO: Pregão Eletrônico nº 0037/2025, PREFEITURA DE SANTA LUZ/BA: Pregão Eletrônico nº 005/2025, PREFEITURA DE ITUPIRANGA/PA: PE Nº 90010/2025, PREFEITURA DE SENADOR CANEDO: PE Nº 085/2024-SRP.

Ademais, a consulta com fornecedores locais também não foi muito exitosa tendo apenas duas pesquisas respondidas.

Toda a metodologia adotada justifica-se por ser esta uma contratação sensível para o pleito de 2026. Em razão da proximidade dos prazos eleitorais, não é admissível aceitar uma composição de custos com risco de não despertar o interesse dos licitantes e fracassar a licitação, nem tão pouco aceitar o risco do sobrepreço.

O cálculo do custo estimado, conforme metodologia apresentada no Mapa de Preços em anexo, resultou no valor de:

OBJETO	PREÇO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DE 2026
Valor da diária para Caminhão toco	R\$ 477,77
Valor do km rodado para caminhão toco	R\$ 7,94
Valor da diária para caminhão 3/4	R\$ 539,61
valor do km rodado para caminhão 3/4	R\$ 6,66

7.2. Mensuração dos custos

Como dito anteriormente, a metodologia utilizada para mensurar os custos da licitação está baseada no valor do quilômetro rodado e no valor das diárias. Logo, o valor da contratação levará em conta a estimativa de KM total multiplicado pelo valor do KM rodado somado ao valor da diária.

O custo estimado total da presente contratação é de

OBJETO	PREÇO ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO DE 2026
Custo da diária para Caminhão toco	122 x 477,77 = R\$ 58.287,94
Custo do km rodado para caminhão toco	32.520 x 7,94 = R\$ 258.208,80
Custo da diária para caminhão 3/4	114 x 539,61= R\$ 61.515,54
Custo do km rodado para caminhão 3/4	25.770 x 6,66 = R\$ 171.628,20

O custo estimado da presente contratação é de **R\$ 549.640,48 (quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos)**

O sistema adotado será o **SRP- Sistema de Registro de Preços** que se justifica pela impossibilidade de previsão, com exatidão absoluta, o quantitativo de viagens e quilometragem necessárias ao longo do contrato, tendo em vista que se trata de um reforço ao serviço de transporte já utilizado.

Sendo assim, o modelo de pagamento vinculado à **efetiva utilização** garante que a Administração Pública não arque com

custos de ociosidade. Diferente de um contrato de escopo fechado, o SRP permite que o Tribunal pague apenas pelos serviços demandados e efetivamente prestados, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência.

A prestação de serviço será realizada mediante a emissão de Ordem de Serviço pelo setor do TER-MA, contendo o trecho, tipo de veículo necessário e prazo de execução, e o pagamento será efetuado exclusivamente com base no serviço efetivamente prestado, aferido pela quilometragem percorrida e pelas diárias realizadas. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento por disponibilidade de frota em ociosidade, garantindo a economicidade e o uso eficiente do recurso público.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de serviços de transportes, incluindo veículos com **sistema de rastreamento, abastecidos e motoristas** devidamente habilitados para dar suporte à frota própria e atender às necessidades de transporte de cargas decorrentes das demandas diárias bem como atender as demandas decorrentes do pleito eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, cuja métrica escolhida foi a **quilometragem rodada** e a **diária de disponibilização do veículo**.

O objetivo primordial desta solução é garantir a **capacidade logística plena e ininterrupta** do TRE-MA, essencial para o sucesso do pleito eleitoral, que exige o transporte de materiais sensíveis (urnas eletrônicas, *kits* de votação etc.), equipamentos de infraestrutura, suprimentos e pessoal entre a Sede e as Zonas Eleitorais em todo o Estado do Maranhão.

Os veículos locados atuarão de forma complementar à frota existente do TRE-MA, a solução garante que a insuficiência da frota própria não comprometa o cronograma logístico crucial das eleições.

A locação, em comparação à aquisição ou manutenção excessiva da frota própria para um pico de uso sazonal, demonstrou ser a solução economicamente mais vantajosa e operacionalmente mais eficiente.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO.

A regra geral do parcelamento, conforme preceitua o **Art. 40 da Lei nº 14.133/2021**, visa ampliar a competitividade. Todavia, para a presente contratação, optou-se pelo agrupamento da solução em 02 (dois) grupos distintos, segmentados por tipologia de veículo (Caminhão Toco e Caminhão 3/4), pelas razões expostas a seguir:

Indivisibilidade da Unidade de Serviço: A prestação do serviço de locação compreende a disponibilização do ativo (diária) e o seu uso efetivo (quilometragem). Adjudicar esses itens a licitantes distintos criaria uma dependência técnica impossível de gerir, uma vez que o controle do hodômetro e a manutenção do veículo devem estar sob a responsabilidade de uma única contratada para fins de faturamento e garantia da disponibilidade.

Economia de Escala e Eficiência Administrativa: O agrupamento por modelo de caminhão permite que a administração obtenha preços mais vantajosos ao oferecer um pacote de serviços completo por veículo. Além disso, reduz a carga burocrática de gestão, fiscalização e pagamentos, evitando a multiplicação de contratos para um mesmo objeto finalístico.

Viabilidade da Modelagem de Custos: A mensuração híbrida (valor fixo da diária + valor variável por quilômetro) é uma estratégia para garantir que a Administração pague apenas pelo uso efetivo, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro. Essa estrutura de custos só é exequível se ambos os componentes integrarem o mesmo item de adjudicação (Grupo).

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO
1	1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO (DIÁRIA)
	2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TOCO (KM RODADO)
2	3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ¾ (DIÁRIA)
	4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ¾ (KM RODADO)

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

A locação dos caminhões visa produzir um conjunto de resultados mensuráveis e qualitativos essenciais para a execução bem-sucedida da logística eleitoral do TRE-MA.

10.1 Resultados Quantitativos

a- **Disponibilidade da Frota:** 100% de disponibilidade dos 5 caminhões (3 ¾ e 2 Toco) durante todo o período de locação, incluindo finais de semana e feriados eleitorais. Garantindo a capacidade de transporte em momentos de pico operacional.

b- **Tempo de Resposta em Caso de Falha:** Substituição do veículo avariado por outro equivalente em pleno funcionamento em um prazo estipulado a partir da comunicação. Reduzindo o risco de atrasos na distribuição de urnas e suprimentos.

c- **Cobertura Logística:** Atendimento de 100% das rotas logísticas sem sobrecarga da frota própria, sanando o déficit de veículos para cobrir rotas essenciais.

10.2 Resultados Qualitativos

a- **Garantia da Cronologia Eleitoral:** Assegurar o cumprimento integral do cronograma de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais oficiais, eliminando o risco de atrasos que possam comprometer o dia do pleito.

b- **Segurança e Integridade da Carga:** Assegurar que os veículos locados atendam aos requisitos de segurança e capacidade de carga, minimizando a possibilidade de danos aos equipamentos sensíveis (urnas eletrônicas) e materiais de votação durante o transporte.

c- **Otimização de Recursos Internos:** Permitir que o TRE-MA concentre seus esforços de manutenção e gestão exclusivamente na frota própria, desonerando a equipe de servidores da sobrecarga gerada pela gestão de veículos temporários e garantindo maior foco nas atividades finalísticas.

d- **Vantajosidade Econômica:** Obter a solução de transporte necessária a um custo global inferior ao que seria despendido com a aquisição ou com a manutenção corretiva de uma frota própria subdimensionada para o período eleitoral.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIOAMBIENTAIS

Mediante a inclusão dos requisitos de sustentabilidade e segurança citados no Termo de Referência, o TRE-MA garantirá que a solução logística, embora necessária, minimize seus impactos negativos, contribuindo para a promoção de **licitações sustentáveis** e para a integridade socioambiental da operação eleitoral.

Para a locação de caminhões, o foco principal estará na gestão da emissão de poluentes e na regularidade da operação veicular.

A contratação dos serviços de locação de caminhões, embora essencial para a logística das eleições, envolve a operação de veículos pesados, gerando impactos que devem ser mitigados.

O principal impacto ambiental da solução reside na **emissão de gases poluentes e ruídos** pelos veículos a serem locados, contribuindo para a poluição atmosférica e sonora nas áreas urbanas e rurais de operação.

● Medidas de Mitigação (Requisitos Contratuais):

- o Exigência de que todos os veículos locados estejam em situação regular perante os órgãos de trânsito e ambientais (DETRAN e CONAMA), especialmente no que tange à Inspeção de Emissão de Gases Poluentes.
- o Inclusão de cláusula contratual que obrigue a Contratada a fornecer veículos com manutenção preventiva e corretiva rigorosa, garantindo a máxima eficiência de consumo de combustível e a redução da emissão de poluentes.
- o Exigência de que a Contratada realize o descarte adequado de resíduos gerados pela manutenção dos veículos (óleos, filtros, pneus), em conformidade com as normas ambientais vigentes.

Já em relação aos impactos sociais, estão ligados principalmente à segurança operacional e à regularidade trabalhista da contratação.

● Impacto Positivo:

- o **Geração de Emprego e Renda:** A contratação (especialmente se incluir motoristas) fomentará a economia local e a geração de empregos formais no Estado do Maranhão.

● Impactos a Mitigar:

- o **Risco de Acidentes:** A operação intensiva dos caminhões no período eleitoral aumenta o risco de acidentes de trânsito.
- o **Irregularidade Trabalhista:** Risco de a Contratada não cumprir integralmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados (motoristas e pessoal de apoio).

● Medidas de Mitigação (Requisitos Contratuais):

- o Exigência de apresentação de **Comprovação de Regularidade Trabalhista e Previdenciária** (CNDs) da Contratada.
- o Inclusão de requisitos de segurança que obriguem a Contratada a fornecer veículos com **todos os itens de segurança e dispositivos de rastreamento** em pleno funcionamento.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

O objeto em questão não necessita de adequações do ambiente para ser executado.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

O TRE-MA tem por praxe fazer licitações de serviço de locação de transporte no período eleitoral. A exemplo dos processos SEI Nº 0005785-71.2022.6.27.800, 0004519-49.2022.6.27.8000, 0006514-29.2024.6.27.8000, 0007426-26.2024.6.27.8000, dentre outros.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Dada a necessidade dos serviços de transportes de urnas eletrônicas e de demais materiais de consumo e permanente às diversas unidades da Justiça Eleitoral do Maranhão, localizadas no interior do Estado, a estratégia de contratação adotada reduz os riscos identificados e se mostra como prática comum desse modelo no mercado, culminando no entendimento de que a contratação nestes moldes se torna viável e conveniente à Administração. A contratação, portanto, é fundamental para a continuidade da prestação do serviço, no âmbito de atuação deste Tribunal, minimizando as possibilidades de comprometimento da logística e de situações relacionadas ao desenvolvimento das atividades administrativas deste Regional, relativas ao quesito transporte de cargas.

São Luís, 31 de março de 2026

Rodolfo Medeiros de Campos

NAV- 30990643



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO MEDEIROS DE CAMPOS, Analista Judiciário**, em 18/05/2026, às 17:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2769457** e o código CRC **E11A1442**.

0005765-41.2026.6.27.8000	2769457v2
---------------------------	-----------